

Política

Pioneirismo e tecnologia

Mangels
Empresa 100 Brasília

CONSTITUINTE

OAB pede a Ulysses a convocação de suplentes para conseguir quórum

por Adriana Vera e Silva
de São Paulo

Para evitar atrasos na promulgação da nova Constituição, a secção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou ontem um telegrama ao presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pedindo para que os deputados e senadores suplentes sejam convocados para votar no plenário, já que os parlamentares efetivos estão comparecendo em número reduzido nos últimos dias, o que resultou na falta de quórum e no atraso de votação de diversos temas.

Segundo o presidente da OAB de São Paulo, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, "existe o risco de retrocesso e haverá clima para um golpe de Estado se a Constituição não estiver pronta até o final deste semestre".

Mariz indicou "uma série de fatores que estão colocando em risco a Constituinte". Segundo disse, "há setores que não foram atendidos em suas pretensões pelo texto da Comissão de Sistematização e por isso passaram a pedir a volta das Constituições de 1946 ou de 1967". O presidente da OAB referiu-se também ao pronunciamento

do presidente José Sarney em seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio" do último dia 12, em que foram feitas duras críticas ao capítulo dos direitos e garantias individuais aprovado pela Constituinte.

Para Mariz as respostas dos ministros militares a Ulysses Guimarães — que na semana passada referiu-se à Junta Militar de 1969 como "os três patetas" — não acusam risco de "um retrocesso provocado pelos militares".

Amanhã as quarenta entidades que vão promover no próximo dia 4 a manifestação batizada de "Dia do Basta" no Largo do São Francisco (centro da capital paulista) reúnem-se para acertar detalhes do evento. A idéia da manifestação é pedir a realização de eleições presidenciais em novembro deste ano, desde que a Constituinte já tenha finalizado seus trabalhos.

Na ocasião será fixado um painel com os nomes dos constituintes que se opõem ao mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Mariz disse que "isso não é uma perseguição aos parlamentares. Esse não é o papel da OAB".

O texto da Constituição

Abaixo, os textos que constarão da futura Constituição, aprovados nas sessões de ontem e de segunda-feira:

"Constitui crime inafiançável, imprescritível e insusceptível do benefício da anistia a ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

Capítulo II
Artigo 7º — São direitos dos

trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I — Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar que previrá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II — Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Empresários gostam da aprovação do texto da garantia de emprego

por Guilherme Barros
do Rio

"Foi o triunfo do entendimento e da racionalidade." Assim o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, definiu a aprovação da proposta do "Centrão" de indenização compensatória na questão da garantia de emprego na Constituinte.

Donato foi o coordenador da União Brasileira de Empresários (UBE) nas negociações entre os diversos segmentos empresariais, os trabalhadores e os deputados constituintes para ser aprovada a proposta ontem vitoriosa. Pelo telefone, do Rio, ele articulou com os representantes da indústria, comércio e sistema financeiro a alternativa para se conseguir evitar a estabilidade plena, como havia proposto a Comissão de Sistematização.

Segundo o presidente da Firjan, a idéia de indenização compensatória brotou ainda no início dos trabalhos da Constituinte, durante uma reunião no gabinete do presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, à qual estiveram presentes diversas lideranças empresariais e o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Para Donato, com a proposta aprovada ontem, "ganham todos, sejam os empresários como os trabalhadores". A seu ver, a indenização compensatória "restabelecerá as condições para a volta do desenvolvimento do País e propiciará o retorno dos investimentos".

O presidente do Sindicato dos Bancos do Rio, Theóphilo de Azeredo Santos, também saudou a aprovação da indenização compensatória. "Trata-se de

Como se chegou a um acordo

por Ana Chistina Magalhães
de Brasília

O acordo sobre a garantia de emprego concretizou-se antes mesmo de a matéria ser votada. Por 339 votos contra 163 e 10 abstenções, os constituintes aprovaram o substitutivo do "Centrão" relativo ao Capítulo II, ressalvados os destaques.

A estratégia foi a mesma utilizada no capítulo anterior. Desta vez, porém, o acordo é um pouco mais amplo: engloba praticamente todo o Capítulo II. Serão disputados no voto apenas o direito de greve, a organização sindical, a locação de mão-de-obra e a jornada para o trabalho em turnos ou revezamento.

Nesses temas, apesar das várias propostas já discutidas, o PMDB e o grupo conservador não se acertaram. Em relação ao direito de greve, o "Centrão" não deseja a sua extensão para os serviços públicos essenciais. Na organização sindical, defende a pluralidade na base e a unicidade nas negociações. O PMDB mantém a unicidade atual, con-

forme prevê o texto da Sistematização. O "Centrão" quer que a lei defina os casos de intermediação (locação) de mão-de-obra, enquanto o texto da Sistematização, defendido pelo PMDB, proíbe a intermediação de mão-de-obra permanente, com exceção dos casos previstos em lei. Para o trabalho em turno, o "Centrão" pretende que ele tenha jornada especial, a ser definida em acordo coletivo ou convenção trabalhista. Já o PMDB, fixa a jornada máxima em seis horas.

Contudo, outros temas polêmicos já foram acertados. O pagamento das horas extras deverá ser no mínimo 50% superior ao do trabalho normal, a licença da gestante será de 120 dias e a jornada de trabalho semanal terá duração de 44 horas.

Embora com alguma resistência no "Centrão", a imprescritibilidade da ação trabalhista deverá ser fixada em cinco anos a contar da data da lesão ou dois anos após o término do contrato de trabalho.

um resultado favorável, pois representa um consenso da classe política, num momento em que o País está caminhando para a normalidade democrática", disse Santos à repórter Isabel Nogueira Batista, deste jornal. Segundo ele, a "democracia implica renúncia de cada uma das partes" e o acordo em torno da estabilidade representa, na sua opinião, um exemplo de prática democrática. E uma proposta que, por um lado, impediu a tese nociva de inviabilizar a demissão, e, por outro, não deu abertura para demissões desprovidas de causa, "ad infinitum", arrematou Santos.

Já o presidente do Sindicato da Construção Civil no Município do Rio de Janeiro, Luiz Chor, lembrou que a economia não pode ser administrada através de decretos e, portanto, se fosse aprovada a proibição da

demissão imotivada, seria criado um quadro de dificuldades para as empresas, em função da crise econômica. "A estabilidade de no emprego só existe quando há um pleno crescimento econômico, como ocorreu em 1986", disse Chor ao repórter Coriolano Gatto.

O dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e diretor do Sindicato dos Engenheiros do Rio, Mariano de Oliveira, não poupou críticas à proposta do "Centrão", aprovada ontem pela Constituinte. "Isso só comprova o perfil conservador da Constituinte, e do interesse da direita, representada pelo "Centrão", de barrar as mínimas garantias sociais dos trabalhadores", disse Oliveira.

O texto aprovado ontem pelo plenário da Constituinte recebeu a aprovação do

diretor do departamento de Cooperação Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Roberto Della Manna: "O texto atende parte do que a FIESP defende". Para ele, os deputados encontraram uma forma de penalizar a dispensa arbitrária que não "vem a prejudicar a maioria das empresas".

Segundo Della Manna disse à repórter Célia Rosenthal, a maior parte das empresas não demite trabalhadores arbitrariamente ou sem motivo. As dispensas, na sua avaliação, ocorrem apenas por justa causa ou necessidade. A aprovação da garantia do emprego aliviou as preocupações dos empresários que consideram que "a estabilidade plena traria o caos para o País, os trabalhadores e os empresários".

"Governo vai estudar com mais profundidade o texto", diz ministro

por Edson Beú
de Brasília

O governo recebeu com cautela a decisão da Constituinte de fechar um acordo sobre a proposta de estabilidade de emprego. "O governo vai estudar com mais profundidade o texto aprovado, para conhecer melhor suas consequências", disse a este jornal o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, através de um de seus assessores.

Apesar da prudência demonstrada pelo ministro, o assunto foi muito comentado no gabinete do presidente José Sarney, segundo informou o mesmo assessor.

"Centrão" monta uma nova estratégia de atuação

As dificuldades de conduzir a votação de suas teses no plenário da Constituinte levaram o "Centrão" a montar, pela quinta vez em dois meses, uma nova estratégia de organização, que amplia a participação dos parlamentares nas discussões do grupo e restringe a atuação das lideranças formais às bancadas dos seus respectivos partidos. Para isso, foram indicados trinta coordenadores, que se responsabilizarão por grupos de nove a dez constituintes com os quais manterão contatos permanentes para discussão das emendas e orientação dos votos.

A decisão foi tomada na noite de segunda-feira, em uma ampla reunião dos principais líderes do "Centrão" em um luxuoso hotel de Brasília. Uma análise

"O ministro, mesmo, estava falando sobre isso agora, por telefone", comentou. O governo sempre se preocupou com a aprovação de uma proposta que pudesse ser considerada demasiadamente avançada, segundo o perfil das alas mais progressistas do plenário. O impasse incomodava o presidente José Sarney, que não desejava ver mais um empecilho no seu trabalho de estimular os investimentos no País. O próprio ministro do Gabinete Civil vinha alertando para os riscos de a nova Carta garantir direitos que o Estado e a economia, na prática, não pudessem assegurar.

crítica das últimas votações detectou duas falhas fundamentais na estratégia de organização do grupo, segundo explicou o deputado Luiz Eduardo (PFL-BA). A primeira foi a dificuldade de disseminação de informações e discussão com todos os integrantes, que levou a vários equívocos de votos. A segunda foi o próprio clima emocional que envolve as votações plenárias, muitas vezes acirrado pela interferência dos líderes de bancada, especialmente do PFL, José Lourenço, do PDS, Amaral Neto, e do PTB, Gastone Righi.

Todas as segundas-feiras os coordenadores do "Centrão" voltarão a se reunir para produzir um documento detalhado com todas as emendas previstas para votação durante a semana.